

**EDITAL**

**A FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FUNEDS-PR**, instituída pela Lei n.º 17.959/14, CNPJ n.º 24.039.073/0001-55, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

<b>PREGÃO ELETRÔNICO:</b>  <b>92/2026</b>  <b>AMPLA CONCORRÊNCIA:</b>  <b>LOTE 01</b>	<b>UASG: 932059</b>  Início da sessão / disputa de lances:  <b>10 h 00 min do dia 03/07/2026</b>  Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.
---	---

**1 OBJETO:**

A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de realização de exames de Anatomia Patológica e de exames Citopatológicos, para atendimento às demandas do Hospital Regional do Sudoeste - HRS, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Termo de Referência - Anexo I.

**2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:**

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 798.430,50 (setecentos e noventa e oito mil, quatrocentos e trinta reais e cinquenta centavos)**.

**3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:**

Dotação orçamentária: 24.039.073/0001-55

Elemento da despesa: 3390.3950 - SERVIÇO MÉDICO - HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAL - CREDENCIAMENTO ASSISTENCIAL - ENFERMEIRO E TÉCNICO

Fonte: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

**4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações [compras.gov](https://www.gov.br/compras/pt-br). O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

O edital está disponível na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pnpc.gov.br>.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a), UYDIMYLA MIGUEL DE OLIVEIRA e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º 134/2026, servidores do(a) FUNEDS.

E-mail: [pregao.funeas@gmail.com](mailto:pregao.funeas@gmail.com)

Divisão de Licitação: 41 3202-6831 (ramal 6831)

Endereço: Rua do Rosário, nº 144, 8º Andar, Centro, CEP 80.020-110, Curitiba-Paraná.

O atendimento será feito no horário das 08h30 às 12h00 e das 13h30 às 18h00.

**5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:****5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:**

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, em campo específico no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br> ou

pelo e-mail [pregao.funeas@gmail.com](mailto:pregao.funeas@gmail.com) pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

## 5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

## 5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

## 6 CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

**6.1** A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

**6.2** A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.

**EM CASO DE EVENTUAL DIVERGÊNCIA ENTRE A DESCRIÇÃO DO ITEM DO CATÁLOGO DO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR E AS DISPOSIÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA, PREVALECEM AS DISPOSIÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.**

## CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

### 1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

### 2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

**2.1** Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o **VALOR MÁXIMO GLOBAL DO LOTE**, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

**2.1.1** Os valores que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) do(s) lote(s) serão desclassificados.

**2.2.** O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de **MENOR PREÇO**.

**2.3** Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixado(s) no Termo de Referência (Anexo I deste Edital) serão desclassificadas.

### 3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

### 4 VIGÊNCIA

**4.1** O contrato terá vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, observada a disciplina do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.

**4.1.1** O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

### 5 PROPOSTA PARCIAL:

**5.1.** Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

### 6 GARANTIA:

Não será exigida garantia da execução do contrato, conforme item 11 do Termo de Referência.

**7 CONSÓRCIO:**

**Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e do Decreto n.º 10.086, de 2022 e aquelas estabelecidas neste edital, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.**

**7.1** As empresas consorciadas deverão ter objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

**7.2** O arrematante entregará, junto com os documentos de habilitação:

a) o compromisso público ou particular registrado em cartório de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;

b) documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio, a qual deverá atender às condições de liderança, fixadas neste edital. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

**7.3** Os Documentos de Habilitação (Anexo II) deverão ser apresentados por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, também na proporção de sua respectiva participação.

**7.4** A empresa consorciada está impedida de participar desta licitação por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente, inclusive na condição de subcontratada de outro licitante.

**7.5** Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.

**7.6** A empresa líder será a representante do consórcio perante a Contratante e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.

**7.7** Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.

**7.8** O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva.

**7.9** Estará impedida de participar do consórcio a empresa na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada.

**7.10** Tratando-se de consórcio, o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso."

**8 ANEXOS:**

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Locais de Entrega;
- Anexo VII – Minuta de Contrato;
- Anexo VIII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP.
- Anexo IX – Declaração LGPD.

**CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO****1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO**

**1.1** O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do Governo Federal, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**1.2** O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

**1.3** O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**1.4** Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br>, conforme instruções que podem ser obtidas na página

<https://www.gov.br/compras/pt-br> ou, ainda, por meio dos telefones **0800.978.9001** para Capitais e Regiões Metropolitanas e **0800.978.9001** para demais localidades (suporte técnico).

**1.4.1** O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual <https://www.gov.br/compras/pt-br> implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**1.5** Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

## 2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

**2.1** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

**2.2** Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - Das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

**2.3** Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

**2.3.1** tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

**2.3.2** constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

**2.3.3** tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.3.2;

**2.3.4** não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

**2.3.5** mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.3.6** o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

**2.3.6.1** Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

**2.3.7** As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**2.4** A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

**2.5** Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

**2.6** O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

## 3 PROPOSTA INICIAL

**3.1** Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

**3.1.1** o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

**3.1.2** a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**3.2** A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

**3.2.1** A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

**3.3** Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

**3.3.1** Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

**3.4.** O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**3.5** O(a) Pregoeiro(a), verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1** Valor global;

**4.1.2** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

**4.2** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

**4.3** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

**4.3.1** o contratado deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, respeitado o disposto no art. 130 da Lei Federal n.º 14.133, de 2022.

**4.3.2** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**4.4.** A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

**4.4.1.** cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

**4.4.2.** cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

**4.5** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.6** O prazo de validade da proposta não será inferior a **180 (cento e oitenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**4.7** As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

**4.8.** Se o regime tributário da empresa implicar recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem 4.4.

**4.9.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.10.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

#### **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.



**5.2** O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

**5.2.1** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**5.2.2** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.2.3** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.3** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.4** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

**5.5** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.1** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 Das Condições Específicas deste Edital.

**5.6** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo de real)

**5.14** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.15** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

**5.16** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.17** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.18** O Critério de julgamento adotado será o *menor preço (ou maior desconto)*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

**5.19** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.20** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006-

**5.21** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.22** A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.23** Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.24** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.25** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.26** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**5.27** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**5.28** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**5.28.1** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.28.2** O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.28.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.28.2.

**5.29** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**6.1** Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**6.2** Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**6.2.1** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**6.2.2** Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**6.2.3** Caso se adote o critério do maior desconto, com permissão de lances negativos, não é considerada inexequível a proposta que apresente lances inferiores a zero (Inciso LVI do art. 2.º do Decreto n.º 10.086/2022).

**6.4** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

**6.5** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.6** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**6.7** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**6.8** O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até **02 (duas) horas** sob pena de não aceitação da proposta.

**6.8.1** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**6.8.2** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

**6.9** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**6.10** Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

**6.11** O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**6.11.1** Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**6.11.2** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**6.12** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**6.13** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**7.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II), até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

**7.2** O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**7.3** Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

**7.4** As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

**7.5** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.6** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

**7.7** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**7.8** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances fechados.

## **8. DESCRITIVO DA PROPOSTA**

**8.1** A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

**8.1.1** A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.



**8.1.2** As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

**8.1.2.1** Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

**8.1.3** Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

**8.1.4** Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

**8.2** Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

## **9. OS RECURSOS**

**9.1** Qualquer licitante poderá, por meio do e-mail [pregao.funeas@gmail.com](mailto:pregao.funeas@gmail.com), manifestar, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

**9.1.1** As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.1.2** Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.2** A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

**9.3** As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

**9.4** Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

**9.5** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

## **10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**10.1** Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

**10.2** Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

## **11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

**11.1** O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho (ou documento equivalente) no prazo de 03 (três) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

**11.2** Para a assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**11.3** Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

**11.4** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

**11.5** Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

**11.5.1** A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

**11.5.2** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**11.6** A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

**11.7** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa  
anual = 6%.

**11.8** Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço - GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

## 12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**12.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**12.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**12.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**12.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração Pública reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

**12.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**12.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**12.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**12.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**12.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**12.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

### **13 DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1** Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

**13.2** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

**13.3** É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**13.4** O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

**13.5** A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

**13.6** Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

**13.7** Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

**13.8** O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

**13.9** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**13.10** O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, 15 de junho de 2026.

**GERALDO GENTIL BIESEK**

Diretor Presidente – FUNEDS

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### OBJETO

**1.1** Trata-se de Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de realização de exames de Anatomia Patológica e de exames Citopatológicos, para atendimento às demandas do Hospital Regional do Sudoeste - HRS, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações da planilha abaixo:

LOTE 1 – AMPLA CONCORRÊNCIA						
Item	Cód. GMS	Descrição	Unidade de medida	Quantidade	Valor unitário	Valor total
01	0606-113196	Serviço de Diagnóstico, em anatomia patológica, citopatologia, e imunopatologia – Biópsia simples – peça cirúrgica de grande porte complexas	Unitário	4.200	R\$ 175,65	R\$ 737.730,00
02	0606-113205	Serviço de Diagnóstico, em anatomia patológica, citopatologia, e imunopatologia – Biópsia simples por órgão coloração. Especial. Descrição complementar: Coloração Especial – destinado a complementação dos exames anatomopatológicos simples e complexos.	Unitário	150	R\$ 111,83	R\$ 16.774,50
03	0606-74705	Prestação de Serviços, TIPO: Exame de Anatomia Patológica e Citologia Oncótica, Imunohistoquímica.	Unitário	50	R\$ 878,52	R\$ 43.926,00
Valor total do lote (critério de aceitabilidade)						R\$ 798.430,50

Obs. 1: A disputa do lote se dará pelo Valor Global do Lote (Critério de Aceitabilidade de Preços).

Obs. 2: O valor do futuro contrato será a soma do valor global menos o desconto do valor proposto na fase de disputa do certame;

Obs. 3: O desconto resultante em percentual calculado: Desconto (%) =  $(1 - \text{Valor final da disputa} / \text{Valor global}) * 100$

Obs. 4: Desconto obtido na sessão pública do pregão deverá ser aplicado linearmente a todos os itens no valor da proposta final enviada pela arrematante.

O valor total do processo é de **R\$ 798.430,50 (setecentos e noventa e oito mil e quatrocentos e trinta reais e cinquenta centavos).**

#### 1.1.1 ORÇAMENTO POR CENTRO DE CUSTO

UNIDADE	VALOR TOTAL
HRS	R\$ 798.430,50

**1.1.2** Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

**1.1.3** A presente contratação adotará como regime de execução por Preço global.

**1.1.4** O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

#### 1.2 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Lote	Item	Cód. GMS	Cód. CATSERV	Descrição
01	01	0606-113196	6742	Prestação de Serviços, TIPO: Diagnóstico em anatomia patológica, citopatologia e imunopatologia, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Biópsia Simples – Peça cirúrgica de grande porte complexas, UNID. DE MEDIDA: Unitário
	02	0606-113205	6742	Prestação de Serviços, TIPO: Diagnóstico em anatomia patológica, citopatologia e imunopatologia, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Biópsia Simples - Por órgão coloração, UNID. DE MEDIDA: Unitário
	03	0606-74705	6742	Prestação de Serviços, TIPO: Exame de Anatomia Patológica

				e Citologia Oncótica, Imunohistoquímica, UNID. DE MEDIDA: Unitário
--	--	--	--	--

**1.2.1** Trata-se da contratação de empresa especializada na prestação de serviços na área de Anatomia Patológica e Citopatologia, visando atender às demandas assistenciais do Hospital Regional do Sudoeste. A contratação compreende a execução contínua dos exames anatomopatológicos e citopatológicos, incluindo o recebimento, processamento, análise técnica das amostras, realização de colorações específicas quando necessárias, exames histopatológicos, citopatológicos, imunohistoquímicos (quando indicados), bem como a emissão dos respectivos laudos diagnósticos.

**1.2.2** A prestação dos serviços deverá ocorrer de forma contínua, garantindo regularidade, segurança técnica, rastreabilidade das amostras, observância às normas sanitárias vigentes, às diretrizes da vigilância sanitária e aos protocolos assistenciais aplicáveis, assegurando a qualidade diagnóstica e o adequado suporte às equipes médicas e multiprofissionais da instituição.

### **1.2.3 DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO**

**1.2.3.1** Trata-se da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de diagnóstico em Anatomia Patológica, Citopatologia e Imuno-histoquímica, compreendendo a realização de exames, emissão de laudos e fornecimento de insumos necessários à adequada coleta, acondicionamento, transporte e conservação das amostras.

**1.2.3.2 No âmbito da Anatomia Patológica,** deverão ser realizados exames histopatológicos de biópsias simples e complexas, análise de peças cirúrgicas de pequeno, médio e grande porte, bem como revisão de lâminas e emissão de segunda opinião diagnóstica quando solicitada.

**1.2.3.3 Na área de Citopatologia,** a contratada deverá executar citologia de líquidos cavitários (pleural, ascítico e pericárdico), citologia aspirativa por agulha fina (PAAF), além de citologia oncótica convencional e/ou em meio líquido, conforme necessidade do serviço.

**1.2.3.4 Quanto à Imunohistoquímica,** deverão ser realizados painéis imunohistoquímicos destinados ao diagnóstico diferencial, bem como marcadores prognósticos e preditivos, de acordo com protocolos clínicos vigentes, assegurando-se a adoção de controles internos e externos de qualidade das reações.

**1.2.3.5** O material deverá ser coletado no Centro Cirúrgico, no mínimo 3 (três) vezes por semana, em horário comercial, mediante logística organizada pela contratada, garantindo-se a rastreabilidade, integridade e adequada conservação das amostras biológicas até o processamento.

**1.2.3.6** Os exames deverão ser realizados dentro de prazos previamente estabelecidos entre as partes, garantindo agilidade na liberação dos resultados e atendimento às demandas assistenciais da instituição contratante.

**1.2.3.7** Os laudos deverão ser entregues no Ambulatório do HRS, devidamente digitados, revisados e assinados pelo profissional responsável técnico, acondicionados em envelope individualizado, com identificação completa do paciente e do profissional solicitante.

**1.2.3.7.1** O prazo para entrega dos laudos deverá ser de até 05 (cinco) dias úteis após a realização do exame, respeitando-se o prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data da coleta do material na unidade.

**1.2.3.8** A contratada deverá fornecer recipientes e embalagens de diversos tamanhos, adequados ao acondicionamento de peças anatômicas e materiais histológicos, contendo conservantes apropriados, devidamente identificados quanto à procedência, composição do produto e responsável técnico.

**1.2.3.9** A contratada deverá ainda fornecer todos os insumos necessários à adequada conservação das peças anatômicas e histológicas, assegurando a qualidade da amostra para análise diagnóstica.

**1.2.3.10** As etiquetas de identificação deverão ser autoadesivas, resistentes e apropriadas para garantir a rastreabilidade das amostras. Os recipientes destinados ao transporte deverão atender às normas técnicas e sanitárias vigentes, sendo compatíveis com a natureza do material coletado.

**1.2.3.11** Deverá ser implementado programa de controle interno de qualidade, bem como mantida participação em programa de controle externo, assegurando rastreabilidade integral das amostras e adoção de Procedimentos Operacionais Padrão formalmente documentados.

**1.2.3.12** A CONTRATADA deve estar em consonância com as diretrizes das:

- RDC nº 786/2023, a qual dispõe sobre requisitos técnico-sanitários para o funcionamento de laboratórios clínicos, de laboratórios de anatomia patológica e de outros serviços que executam as atividades relacionadas aos exames de análises clínicas.
- RDC nº 20, de 10 de abril de 2014, a qual dispõe sobre regulamento sanitário para o transporte de material biológico humano, e as que venham substituí-la; Resolução CFM 2074/2014 disciplina a responsabilidade dos médicos em relação aos procedimentos de Anatomia Patológica e estabelece normas técnicas para a conservação e transporte de material biológico, inclusive em caso de extravio.



**1.2.3.13** A contratada deverá possuir laboratório devidamente licenciado pelos órgãos sanitários competentes, com responsável técnico médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina e com especialização em Patologia, observando integralmente as normas sanitárias aplicáveis e a legislação vigente. **1.2.3.14** Deverá, ainda, comprovar participação em programa de controle externo de qualidade reconhecido.

**1.2.3.15** A equipe técnica deverá ser composta por médicos patologistas habilitados, citotécnicos qualificados, biomédicos e/ou farmacêuticos legalmente habilitados, além de profissionais treinados em biossegurança.

**1.2.3.16** Além daqueles inerentes ao serviço, o Contratado deverá, quando exigido, disponibilizar os materiais, equipamentos e peças, conforme especificado no Termo de Referência.

**1.2.3.17** Nos casos de inadequação do material recebido, a contratada deverá registrar formalmente a não conformidade, comunicar imediatamente à unidade solicitante e orientar quanto à necessidade de coleta, quando aplicável, preservando-se a rastreabilidade e a segurança das informações.

**1.2.3.18** A contratada deverá assegurar que o intervalo entre a coleta da amostra e o início do processamento técnico-laboratorial ocorra dentro de parâmetros tecnicamente recomendados, especialmente no que se refere ao tempo de fixação em formol tamponado a 10% (dez por cento), respeitando-se os períodos mínimos e máximos indicados para adequada preservação morfológica e molecular do tecido, notadamente nos casos que demandem exames de imuno-histoquímica. Deverão ser observadas, ainda, as condições adequadas de temperatura e conservação durante o transporte.

**1.2.3.19** Será obrigatória a utilização de sistema informatizado, que permita a rastreabilidade completa das amostras desde o recebimento até a liberação do laudo. O sistema deverá possibilitar identificação por código de barras ou tecnologia equivalente, registro das etapas de macroscopia, processamento histológico, coloração, análise microscópica, validação e assinatura do laudo, bem como manter mecanismos de segurança da informação e backup periódico dos dados.

**1.2.3.20** Deverá ser garantida disponibilidade de responsável técnico ou médico patologista para esclarecimentos, discussão de casos clínicos e atendimento a demandas urgentes, quando houver centro cirúrgico ativo, assegurando tempo de resposta compatível com a necessidade assistencial.

**1.2.3.21** A contratada assumirá integral responsabilidade pela guarda, integridade e conservação das amostras, lâminas e blocos de parafina após seu recebimento, devendo comunicar formal e imediatamente qualquer ocorrência de extravio, dano ou intercorrência que comprometa o material biológico, adotando as medidas cabíveis para mitigação de prejuízos.

**1.2.3.22** Os blocos de parafina, lâminas histológicas e registros diagnósticos deverão permanecer arquivados pelo prazo mínimo previsto na legislação sanitária vigente, observando-se, como referência técnica, guarda mínima de cinco anos para lâminas e dez anos para blocos de parafina, sem prejuízo de prazos superiores eventualmente exigidos por norma específica.

**1.2.3.23** A contratante poderá realizar auditorias técnicas, mediante agendamento prévio, para verificação das condições estruturais, operacionais e documentais do laboratório, devendo a contratada disponibilizar acesso às informações técnicas, Procedimentos Operacionais Padrão (POPs), registros de controle de qualidade e demais documentos pertinentes à execução contratual.

**1.2.3.24** A contratada deverá manter Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) atualizado e em conformidade com a legislação vigente, assegurando destinação ambientalmente adequada de resíduos biológicos e químicos, mediante comprovação de contratação de empresa licenciada para coleta e descarte.

#### **1.2.4 REQUISITOS TÉCNICOS E SANITÁRIOS**

- A CONTRATADA deverá estar em conformidade com a RDC nº 786/2023 (ANVISA), ou norma superveniente;
- Atender a RDC nº 50/2002 (ANVISA) que dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde;
- Cumprir a Resolução CFM nº 2.074/2014, no que tange à responsabilidade técnica;
- Atender a RDC nº 20/2014, dispõe sobre regulamento sanitário para o transporte de material biológico humano
- Cumprir as normas relativas ao reprocessamento de produtos médicos, quando aplicável;
- Observar as normas de biossegurança, vigilância e saúde do trabalhador;
- Possuir Diretor Técnico Médico com título de especialista em Patologia e registro ativo no CRM;
- Apresentar alvará de funcionamento e licença sanitária vigentes;

- Manter regularidade fiscal e trabalhista;
- Resolução RDC/ANVISA nº 302/2005 que dispõe sobre o Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos;
- Resolução RDC/ANVISA nº 306/2004 que dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;
- Resolução RDC/ANVISA nº 302/2005 que dispõe sobre o Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos;

### 1.3 DA PADRONIZAÇÃO

**1.3.1** O Catálogo Eletrônico de Materiais e Serviços do Estado do Paraná (e-CAT) está sendo implantado na integralidade pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - órgão responsável. Deste modo, esclarece-se que as descrições constantes no presente Termo de Referência foram elaboradas de forma conjunta, a partir das descrições disponíveis no Sistema de Gestão de Materiais e Serviços (GMS), sendo analisadas, ajustadas e complementadas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, em razão da natureza específica do objeto. Os referidos profissionais atestam que as especificações técnicas adotadas são estritamente necessárias para a adequada aferição da conformidade do objeto à finalidade a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

### 1.4 DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

**1.4.1** O serviço será prestado em remessa parcelada, nos locais, prazo e critérios definidos no tópico 9 deste Termo de Referência.

## 2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

O Hospital Regional do Sudoeste (HRS) é uma unidade hospitalar localizada no município de Francisco Beltrão, região Sudoeste do Paraná. Atualmente, dispõe de 167 leitos ativos registrados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) destinados a internações, distribuídos da seguinte maneira: UTI Adulto 20 leitos, UTI Pediátrica 4 leitos, UTI Neonatal 10 leitos, Unidade Cuidados Semi Intensivos 7 leitos, Emergência 21 leitos, Maternidade 27 leitos, Pediatria 28 leitos e Clínicas 47 leitos.

Por se tratar de uma unidade de média e alta complexidade, todos os leitos são integralmente regulados pela Central Estadual de Regulação, configurando-se como referência para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), para o SIATE, bem como para o Complexo Regulador Estadual da Macrorregião Oeste.

O HRS dispõe de 28 especialidades médicas e constitui referência regional no atendimento em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, sendo a única da 8ª regional de Saúde. Dispõe, ainda, de UTI Pediátrica e duas UTIs adulto, além de serviços estruturados nas áreas de cirurgia pediátrica, cirurgia vascular, trauma/ortopedia, entre outras especialidades. A instituição é referência para o atendimento materno/infantil no âmbito do Programa Mãe Paranaense, tendo ampliado e qualificado seus serviços com a implementação, no ano de 2024, do Posto de Coleta de Leite Humano. Atua também como referência em atendimento ao trauma, integrando o Programa Paraná Urgência Estadual, estando habilitado pela Portaria GM/MS nº 4.530 de 21 de dezembro de 2022 como unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia.

Ademais, conforme Portarias do Ministério da Saúde nº 1.239 de 05 de novembro de 2012 e nº 4.530 de 21 de dezembro de 2022, o HRS encontra-se habilitado para realização de procedimentos de alta complexidade nas especialidades de Cirurgia Vascular e Ortopedia, respectivamente. Atualmente, a unidade hospitalar realiza, em média, 1.450 internamentos e 710 procedimentos cirúrgicos por mês.

O centro cirúrgico se encontra sobrecarregado atendendo todas as especialidades de cirurgia que o Hospital possui. Nesta unidade, em 2025, realizou-se em média 706,2 procedimentos cirúrgicos mensal, evidenciando um aumento em relação ao ano de 2024 cuja média foi de 703,2 procedimentos mensal.

A elevada demanda cirúrgica e assistencial exige suporte diagnóstico célere e tecnicamente qualificado, especialmente para diagnósticos diferenciais, análise de margens cirúrgicas, investigação inflamatória e definição terapêutica.

Considerando a complexidade, a dimensão operacional e o elevado grau de especialização exigido para o cumprimento integral das legislações e protocolos vigentes relacionados ao serviço pretendido, revela-se imprescindível a manutenção do quantitativo solicitado, a fim de assegurar a adequada execução das atividades e o atendimento pleno de todas as demandas institucionais.

No exercício de 2025, o hospital retomou a realização de cirurgias eletivas, registrando aumento significativo em comparação ao ano anterior. Tal crescimento impactou diretamente o fluxo assistencial, refletindo no incremento das internações no período e, consequentemente, na ampliação proporcional da necessidade de higienização contínua, reprocessamento de áreas críticas e suporte operacional em regime ininterrupto.

Ademais, foram implementados relevantes ampliações assistenciais, com elevação da capacidade instalada de 153 para 167 leitos operacionais, ampliando a capacidade de atendimento e a complexidade dos serviços ofertados.

O Hospital Regional do Sudoeste (HRS) desempenha papel estratégico na Rede de Atenção à Saúde do Sudoeste do Paraná, constituindo-se como o único hospital público de alta complexidade da região. Atua como referência para atendimentos que abrangem desde procedimentos de média complexidade até cuidados intensivos, reduzindo significativamente a necessidade de deslocamentos para outras regiões do Estado e garantindo assistência mais célere, segura e humanizada à população. Integra, ainda, de forma estruturada o Complexo Regulador Macro Oeste, sendo elemento central na organização dos fluxos assistenciais e na resposta regional às demandas de urgência e emergência.

A Unidade também exerce função essencial no atendimento de uma população estimada em aproximadamente 600 mil habitantes, ampliando a capacidade resolutiva dos municípios e contribuindo diretamente para a redução da mortalidade por causas evitáveis, especialmente em situações críticas que exigem intervenção imediata. Destaca-se, ainda, que o HRS fortalece a autonomia regional do Sistema Único de Saúde (SUS), ao minimizar a necessidade de transferências para centros de maior porte, reduzindo custos e evitando a sobrecarga de outras unidades hospitalares do Estado.

Diante desse contexto, resta evidenciado que o HRS se configura como estrutura indispensável à manutenção de uma rede de saúde eficiente, segura, resolutiva e alinhada às diretrizes do SUS.

Os gráficos a seguir apresentam os dados referentes a internações, procedimentos cirúrgicos e exames anatomopatológicos e citopatológicos realizados no HRS no período de janeiro a dezembro de 2025

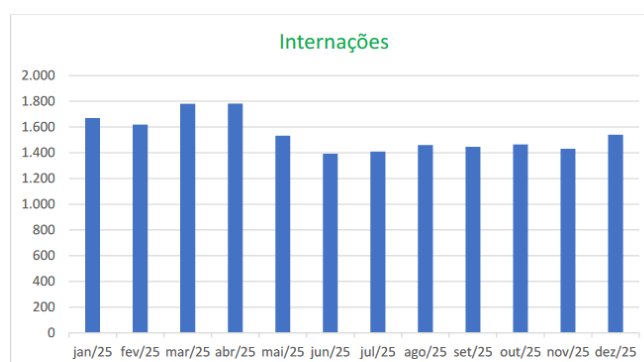


Gráfico 1 – Número de internações do HRS de janeiro a dezembro de 2025.

Fonte: ESIG – Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits.

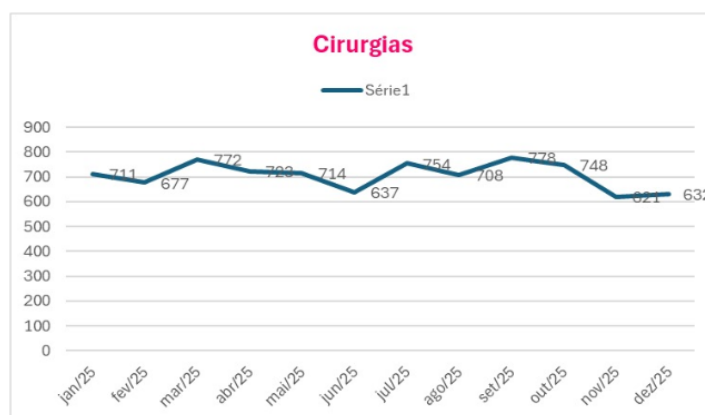


Gráfico 2 – Número de procedimentos cirúrgicos do HRS, de janeiro a dezembro de 2025.

Fonte: ESIG – Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits.

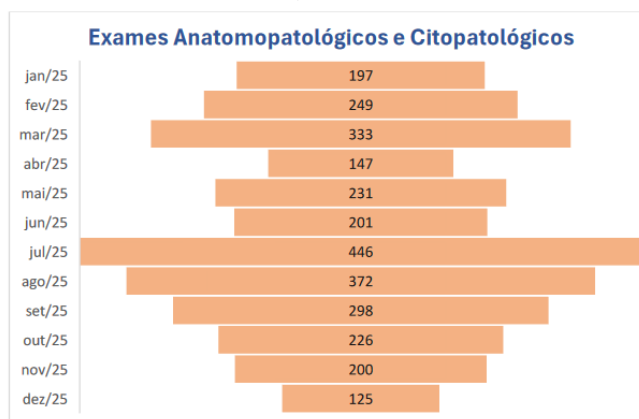


Gráfico 3 – Total de exames anatomopatológicos e citopatológicos janeiro a dezembro de 2025

Fonte: ESIG – Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits.

Em decorrência da ampliação e consolidação dos serviços assistenciais prestados por esta Unidade Hospitalar, faz-se necessário o adequado planejamento e dimensionamento dos serviços de apoio diagnóstico, de modo a assegurar eficiência, qualidade técnica e celeridade nos processos, com racionalização de recursos públicos.

O expressivo volume de atendimentos, aliado à complexidade dos casos assistidos, evidencia a necessidade de contratação de empresa especializada e habilitada para a realização de **exames anatomopatológicos, citopatológicos e imunohistoquímica**, indispensáveis à confirmação diagnóstica, definição de condutas terapêuticas e acompanhamento da evolução clínica dos pacientes.

Tais serviços demandam estrutura laboratorial específica, equipe médica especializada em Anatomia Patológica, responsabilidade técnica devidamente registrada nos órgãos competentes, além de tecnologia apropriada para processamento, análise microscópica, emissão de laudos e, quando necessário, realização de exames complementares. Essas condições inviabilizam a execução integral do serviço por equipe própria da Unidade, impondo-se a terceirização especializada, contínua e tecnicamente qualificada, conforme previsto na legislação vigente.

Nesse contexto, é imprescindível assegurar a prestação ininterrupta dos exames anatomopatológicos, considerando que estes constituem etapa essencial do processo diagnóstico, especialmente em casos oncológicos, cirúrgicos e em situações que demandem definição rápida de conduta terapêutica.

Nesta Unidade Hospitalar, o tempo de resposta entre a realização do procedimento cirúrgico ou coleta do material, o adequado acondicionamento da peça e a emissão do laudo anatomopatológico é fator determinante para a tomada de decisão clínica segura, definição de margens cirúrgicas, estadiamento tumoral, indicação de terapias complementares e acompanhamento pós-operatório.

Os exames anatomopatológicos e citopatológicos configuram ferramentas indispensáveis na prática médica, pois possibilitam o diagnóstico definitivo de neoplasias benignas e malignas por meio da análise microscópica de tecidos e células. Além disso, desempenham papel fundamental na avaliação de margens cirúrgicas e no comprometimento linfonodal, especialmente em contextos oncológicos, contribuindo para a verificação da remoção completa de tumores e da possível disseminação da doença. Esses exames também permitem a identificação de processos inflamatórios, infecciosos e degenerativos, auxiliando na investigação de diversas patologias. No âmbito da prevenção, são essenciais para o rastreamento e o diagnóstico precoce de lesões precursoras do câncer, favorecendo intervenções em estágios iniciais da doença. Ademais, possibilitam o monitoramento da resposta terapêutica e da evolução clínica do paciente, fornecendo subsídios importantes para a condução e o ajuste do tratamento.

A demora na liberação dos laudos pode comprometer a condução terapêutica, retardar intervenções necessárias, prolongar internações e impactar negativamente os desfechos clínicos, especialmente em pacientes oncológicos e cirúrgicos.

A relevância desses exames estende-se a diversos setores assistenciais da Unidade, destacando-se o Centro Cirúrgico, onde são fundamentais para a análise de peças cirúrgicas, definição diagnóstica, avaliação de margens cirúrgicas e confirmação de hipóteses clínicas; a Clínica Cirúrgica, na qual são essenciais para a confirmação diagnóstica no pós-operatório e para a definição de condutas terapêuticas complementares; a Maternidade, sendo importantes na realização de análises anatomopatológicas de placentas e outros materiais biológicos, quando indicado; a Pediatria, onde se

mostram relevantes na investigação e elucidação de patologias específicas da faixa etária; os Ambulatórios e Clínicas Especializadas, nos quais são imprescindíveis para o diagnóstico de lesões suspeitas e o acompanhamento de pacientes, especialmente em seguimento oncológico; e, ainda, os Serviços de Urgência e Emergência, quando houver indicação de análise anatomopatológica para esclarecimento diagnóstico decorrente de procedimentos cirúrgicos realizados em caráter emergencial.

Em síntese, a contratação de empresa especializada para realização de exames anatomopatológicos e citopatológicos é medida indispensável para garantir suporte diagnóstico qualificado, segurança assistencial e excelência no atendimento prestado aos usuários.

A presente contratação visa atender às necessidades assistenciais do Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits (HRS), assegurando continuidade dos serviços, qualidade técnica, segurança aos usuários e profissionais, bem como observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, especialmente no âmbito do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.

Atualmente, a execução dos serviços de exames em Anatomia Patológica, e de exames Citopatológicos está sendo executada por meio do Contrato nº 944/2024, decorrente do Pregão Eletrônico nº 056/2024, encontrando-se atualmente em seu segundo termo aditivo, com vigência até 22/09/2026.

Considerando que o contrato vigente já alcançou o segundo aditamento, e que não pretendemos renová-lo, fica evidente a necessidade de adoção de providências antecipadas, a fim de assegurar a continuidade regular e ininterrupta dos serviços públicos de saúde, os quais possuem natureza essencial.

Verifica-se que o atual instrumento contratual não mais atende integralmente às demandas atuais da Unidade. Diante das não conformidades identificadas e do aumento das demandas registradas no último ano, entende-se pertinente a reformulação do objeto contratual, com vistas à sua adequação às necessidades operacionais e assistenciais vigentes.

Dessa forma, a contratação ora justificada tem por objetivo garantir a manutenção dos serviços de apoio diagnóstico em Anatomia Patológica, preservando a qualidade da assistência, a segurança dos pacientes e a regularidade administrativa e contratual.

Assim, por meio deste documento, solicita-se a abertura de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, visando à contratação de empresa especializada para prestação de serviços de **realização de exames anatomopatológicos, citopatológicos e imunohistoquímica, pelo período de 12 (doze) meses**, para atendimento das demandas do Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits (HRS).

Ressalta-se que a instauração de novo procedimento licitatório não implica descontinuidade do contrato atual, mas configura medida administrativa preventiva e necessária, destinada a garantir uma transição regular e planejada, evitando contratações emergenciais e assegurando observância aos princípios que regem a Administração Pública.

Tal contratação justifica-se conforme motivação que se apresenta:

## DA LEGITIMIDADE

A FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO ESTADO DO PARANÁ – FUNFEAS, é uma Fundação pública com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de beneficência social, de interesse e de utilidade pública, fundada pela Lei Estadual nº 17.959/2014, a qual estabeleceu que a entidade é dotada de personalidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, de interesse e utilidade públicos, com autonomia gerencial, patrimonial, orçamentária e financeira, sujeita ao regime jurídico próprio das entidades privadas sem fins lucrativos de beneficência social quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas, tributários e fiscais.

A FUNFEAS integra a administração pública indireta do Estado do Paraná e vincula-se à Secretaria de Estado da Saúde (SESA), tendo por finalidade desenvolver e executar ações e serviços de saúde nas Unidades próprias, sendo elas: Centro de Produção e Pesquisa de Imunobiológicos (CPPI), Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPP), Hospital Dermatológico Sanitário do Paraná (HDSRP), Hospital Infantil Waldemar Monastier (HIWM), Hospital Regional de Guaraqueçaba (HRG), Hospital Regional do Litoral (HRL), Hospital Regional do Norte Pioneiro (HRNP), Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits (HRS), Hospital Dr. Anísio Figueiredo – Zona Norte de Londrina (HZN), Hospital Zona Sul Londrina (HZS), Hospital Regional de Telêmaco Borba (HRTB), Hospital Regional de Ivaiporã (HRIV), Hospital Regional do Centro-Oeste (HRCO) e Hospital Adauto Botelho (HAB).

O Hospital Regional do Sudoeste Walter Alberto Pecóits, no uso de suas atribuições legais e estatutárias inicia o presente processo para contratação de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES EM ANATOMIA PATOLÓGICA, EXAMES CITOPATOLÓGICOS E IMUNOHISTOQUÍMICA**, para realizar



exames anatomopatológicos em peças cirúrgicas, biópsias, fragmentos e demais materiais biológicos provenientes de procedimentos realizados na unidade. Realizar exames citopatológicos convencionais e em meio líquido (quando aplicável). Retirar o material no Centro Cirúrgico, no mínimo três vezes por semana, em horário comercial, para atender as necessidades da unidade por um período de 12 (doze) meses.

## DA LEGALIDADE

A saúde é um direito fundamental previsto no art. 6º e 196 e da Constituição Federal, pois “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

A fundamentação legal também está amparada no contrato de gestão Nº 001/2021 vigente desde 01/01/2021, firmado entre a SESA e FUNFEAS, o qual estipula a operacionalização da gestão e a execução de ações e serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), nas Unidades Assistenciais e Operacionais Próprias da Secretaria de Estado da Saúde, incluindo a contratação de serviços, a aquisição de insumos, medicamentos, materiais médico-hospitalar, entre outros itens fundamentais para o funcionamento das Unidades hospitalares. Neste sentido, está determinado que a FUNFEAS realize as aquisições de todos os materiais médico hospitalares, medicamentos, nutrição, saneantes, materiais de higiene, insumos gerais, entre outros, padronizados ou não nas Unidades, permitam a execução das ações elencadas no Contrato de Gestão.

As compras públicas regem-se pela Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 10.086/2022, e demais regulamentações, portanto, imperativo que a contratação pretendida ocorra mediante processo licitatório, na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo de julgamento de Menor Preço.

Esta definição ocorreu em razão da Lei Federal nº 14.133/2021, reafirmada pelo Decreto Estadual 10.086/2022;

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação **obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns**, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

[...] Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, **adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.** (grifo nosso).

Optou-se pela realização da presente licitação na modalidade eletrônica, conforme preferência definida na mesma Lei:

Art. 17. O processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência:

[...] § 2º As licitações serão realizadas **preferencialmente sob a forma eletrônica**, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo. (grifo nosso).

A apresentação de uma solução para a prestação de serviços de realização de exames laboratoriais é imprescindível para garantir a qualidade dos serviços prestados no ambiente hospitalar e condições qualificadas para o atendimento.

A ausência dessas atividades comprometeria seriamente o funcionamento da unidade hospitalar, colocando em risco a segurança e o bem-estar de pacientes, além de prejudicar a continuidade dos serviços públicos essenciais de saúde.

Portanto, com base na legalidade exposta, solicita-se a presente contratação.

## DO INTERESSE PÚBLICO

O Hospital Regional do Sudoeste, unidade integrante da rede pública estadual de saúde e administrado pela Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná – FUNFEAS, presta atendimento integral e exclusivo aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), sendo referência assistencial para os municípios vinculados à 7ª e 8ª Regionais de Saúde do Estado do Paraná.

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de exames em anatomia patológica e citopatológicos reveste-se de inequívoco interesse público, uma vez que tais exames

constituem ferramenta essencial ao diagnóstico definitivo de inúmeras patologias, especialmente neoplasias, doenças inflamatórias, infecciosas e alterações celulares precursoras de câncer.

Os exames anatomopatológicos e citopatológicos são indispensáveis para a análise de peças cirúrgicas, biópsias, materiais obtidos por punções e exames preventivos, permitindo a confirmação diagnóstica, a definição de estadiamento de doenças, a avaliação de margens cirúrgicas e o direcionamento terapêutico adequado. A ausência ou descontinuidade desses serviços compromete diretamente a resolutividade hospitalar, podendo ocasionar atrasos diagnósticos, prejuízos ao prognóstico dos pacientes e aumento dos custos assistenciais decorrentes de tratamentos tardios ou inadequados.

Considerando o perfil assistencial da unidade, que realiza procedimentos cirúrgicos eletivos e de urgência, atendimentos ambulatoriais especializados, a demanda por exames anatomopatológicos e citopatológicos é contínua, crescente e imprescindível para assegurar a qualidade, a segurança e a efetividade da assistência prestada.

As técnicas histológicas, imuno-histoquímicas e citológicas constituem ferramentas indispensáveis ao diagnóstico anatomopatológico, sendo determinantes para o estadiamento de doenças, definição terapêutica e acompanhamento clínico dos pacientes. Considerando a complexidade metodológica envolvida, a necessidade de equipamentos específicos, insumos padronizados, protocolos rigorosos e profissionais legalmente habilitados, evidencia-se a imprescindibilidade da contratação de serviço especializado, com comprovada capacidade técnica, infraestrutura laboratorial adequada e responsabilidade técnica regularmente registrada junto aos órgãos competentes.

A contratação de empresa especializada garante a realização dos exames com elevado padrão de qualidade, assegurando precisão diagnóstica, rastreabilidade dos processos, controle interno e externo de diretrizes estabelecidas pelos órgãos reguladores. Tal medida contribui diretamente para a segurança assistencial e para a confiabilidade dos resultados emitidos.

Sob a ótica do interesse público, a presente contratação revela-se medida estratégica e necessária, pois assegura diagnóstico precoce e preciso, viabiliza definição terapêutica adequada e baseada em evidências científicas, contribui para a redução da morbimortalidade e para a melhoria do prognóstico dos pacientes, especialmente nos casos de maior complexidade clínica. Ademais, garante qualidade técnica nas análises de materiais biológicos, evita desassistência e interrupções nos fluxos cirúrgicos e ambulatoriais, e promove maior eficiência na gestão hospitalar, favorecendo o cumprimento de metas assistenciais e indicadores institucionais.

## DOS PRODUTOS GERADOS

A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de exames em anatomia patológica e citopatológicos tem por finalidade assegurar suporte diagnóstico essencial às atividades assistenciais desenvolvidas pelo Hospital Regional do Sudoeste, unidade administrada pela Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Estado do Paraná – FUNEDS.

A execução contratual resultará na geração dos seguintes produtos institucionais e assistenciais:

Unidade Administrativa	Diretoria/Área	Produtos Gerados
Hospital Regional do Sudoeste	Direção Geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cumprimento das metas assistenciais estabelecidas no Contrato de Gestão;</li> <li>- Fortalecimento da resolutividade hospitalar;</li> <li>- Ampliação da capacidade diagnóstica institucional.</li> </ul>
	Direção Administrativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regularidade contratual e continuidade do serviço essencial;</li> <li>- Eficiência na gestão de recursos públicos;</li> <li>- Mitigação de riscos jurídicos e assistenciais decorrentes de eventual descontinuidade</li> </ul>
	Direção de Enfermagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Segurança do paciente no fluxo cirúrgico e assistencial;</li> <li>- Rastreabilidade de materiais biológicos;</li> <li>- Organização e padronização dos processos de envio e recebimento de amostras</li> </ul>
	Setores Técnicos Assistenciais (Centro Cirúrgico, Ambulatório, UTI, Enfermarias Clínica e Cirúrgica)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Emissão de laudos anatomopatológicos e citopatológicos de peças cirúrgicas, biópsias e exames citológicos;</li> <li>- Diagnóstico definitivo e estadiamento de doenças, especialmente neoplásicas;</li> <li>- Apoio à definição terapêutica e conduta clínica;</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"><li>- Redução do tempo de internação e maior eficiência no fluxo assistencial;</li><li>- Satisfação dos usuários quanto à qualidade e efetividade do atendimento</li></ul>
--	--	--

Os produtos gerados pela contratação traduzem-se, sobretudo, na disponibilização de laudos técnicos especializados, com precisão diagnóstica, dentro de prazos compatíveis com a necessidade clínica, assegurando suporte seguro às decisões médicas e multiprofissionais.

### DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação visa assegurar a continuidade da assistência hospitalar e o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Operativo vinculado ao Contrato de Gestão da unidade.

Os exames em anatomia patológica e citopatologia são fundamentais para a confirmação diagnóstica precisa e precoce de doenças, incluindo câncer, infecções e inflamações. Na prática assistencial, tais exames exercem influência direta e determinante na conduta terapêutica, impactando significativamente as decisões clínicas e cirúrgicas.

Os serviços são realizados a partir da análise técnica de peças cirúrgicas, biópsias, punções e exames citológicos, com emissão de laudos conclusivos que subsidiam a definição de tratamentos clínicos, cirúrgicos ou oncológicos, além de contribuírem para o monitoramento da evolução das doenças.

Atualmente a prestação de serviços de exames em Anatomia Patológica e exames Citopatológicos está sendo executada por meio do Contrato nº 944/2024, oriundo do Pregão Eletrônico nº 056/2024, encontrando-se atualmente em seu segundo termo aditivo, com vigência até 22/09/2026.

Considerando que o contrato vigente já alcançou o segundo aditamento, e que não pretendemos renová-lo, fica evidente a necessidade de adoção de providências antecipadas, a fim de assegurar a continuidade regular e ininterrupta dos serviços públicos de saúde, os quais possuem natureza essencial.

Verifica-se que o atual instrumento contratual não mais atende integralmente às demandas atuais da Unidade. Diante das não conformidades identificadas e do aumento das demandas registradas no último ano, entende-se pertinente a reformulação do objeto contratual, com vistas à sua adequação às necessidades operacionais e assistenciais vigentes.

Ressalta-se que a instauração de novo procedimento licitatório não implica descontinuidade do contrato atual, mas configura medida administrativa preventiva e necessária, destinada a garantir uma transição regular e planejada, evitando contratações emergenciais e assegurando observância aos princípios que regem a Administração Pública.

A viabilidade da contratação fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- Existência de demanda contínua e permanente;
- Essencialidade do serviço para manutenção das atividades cirúrgicas e ambulatoriais;
- Necessidade de assegurar segurança jurídica e regularidade contratual;
- Observância aos princípios da legalidade, eficiência e economicidade;
- Garantia da continuidade da assistência aos usuários do SUS.

Dessa forma, a contratação pretendida demonstra-se técnica, operacional, jurídica e economicamente viável, constituindo medida indispensável para assegurar a qualidade da assistência prestada e a efetividade do direito constitucional à saúde.

É a motivação do ato.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

**3.1** Trata-se da contratação de empresa especializada na prestação de serviços na área de Anatomia Patológica e Citopatologia, visando atender às demandas assistenciais do Hospital Regional do Sudoeste. A contratação compreende a execução contínua dos exames anatomopatológicos e citopatológicos, incluindo o recebimento, processamento, análise técnica das amostras, realização de colorações específicas quando necessárias, exames histopatológicos, citopatológicos, imunohistoquímicos (quando indicados), bem como a emissão dos respectivos laudos diagnósticos.

**3.2** A prestação dos serviços deverá ocorrer de forma contínua, garantindo regularidade, segurança técnica, rastreabilidade das amostras, observância às normas sanitárias vigentes, às diretrizes da vigilância sanitária

e aos protocolos assistenciais aplicáveis, assegurando a qualidade diagnóstica e o adequado suporte às equipes médicas e multiprofissionais da instituição.

**3.3** O Hospital Regional do Sudoeste (HRS) é uma unidade hospitalar localizada no município de Francisco Beltrão, região Sudoeste do Paraná. Consta com 28 especialidades médicas e constitui referência regional no atendimento em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal, sendo a única da 8ª Regional de Saúde. Dispõe, ainda, de Uti Pediátrica e duas UTIs Adulto, além de serviços estruturados nas áreas de cirurgia pediátrica, cirurgia vascular, traumatologia e ortopedia, entre outras especialidades. A instituição é referência o atendimento materno-infantil no âmbito do Programa Mãe Paranaense, tendo ampliado e qualificado seus serviços com a implementação, no ano de 2024, do Posto de Coleta de Leite Humano. Atua também como referência em atendimento ao trauma, integrando o Programa Paraná Urgência Estadual, estando habilitada pela Portaria GM/MS nº 4.530, de 21 de dezembro de 2022, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Traumatologia e Ortopedia. Ademais, conforme as Portarias do Ministério da Saúde nº 1.239, de 05 de novembro de 2012 e nº 4.530, de 21 de dezembro de 2022, o HRS encontra-se habilitado para a realização de procedimentos de alta complexidade nas especialidades de Cirurgia Vascular e Ortopedia, respectivamente. Atualmente, a unidade hospitalar realiza, em média, 1.450 internamentos e 710 procedimentos cirúrgicos por mês. Conta com 164 leitos ativos, apresentando taxa média mensal de ocupação de 91,30%, dos quais aproximadamente 50 leitos (30,4%) destinam-se a pacientes de alta dependência, cuidados semi-intensivos e intensivos.

**3.4** Considerando o perfil assistencial do Hospital Regional do Sudoeste, referência em alta complexidade nas áreas de traumatologia, ortopedia, cirurgia vascular e materno-infantil, com média de 1.450 internamentos e 710 procedimentos cirúrgicos, bem como taxa de ocupação média de 91,30%, torna-se imprescindível a manutenção contínua dos serviços anatomopatológicos e imunohistoquímicos.

**3.5** A elevada demanda cirúrgica e assistencial exige suporte diagnóstico célere e tecnicamente qualificado, especialmente para diagnósticos diferenciais, análise de margens cirúrgicas, investigação inflamatória e definição terapêutica.

**3.6** Deve-se levar em conta as doutrinas e princípios do Sistema Único de Saúde – SUS, garantido a população a oportunidade de acesso aos serviços que visem à promoção, proteção e recuperação da saúde, consideramos o Art. 2º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições: “Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.”

**3.7** As especificações técnicas constam no item 1.2 deste Termo de Referência.

**3.8** As obrigações do contratado e do contratante constam no item 10 deste Termo de Referência.

**3.9** Atestamos que as especificações técnicas dos serviços são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

#### **4 PESQUISA DE PREÇOS**

**4.1** Para a formação dos preços máximos foi realizada ampla pesquisa de preços, em conformidade com o disposto no art. 368, do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, dentre eles:

- a) Preços obtidos por outros órgãos ou entidades públicas;
- b) Preço constantes de banco de preço, fonte de preços e painel de preço;
- c) Pesquisa com os fornecedores ou prestadores de serviços, conforme o caso (Art. 368, IV)
- d) Pesquisa no aplicativo Notas Paraná (Art. 368, V)
- e) Pesquisa a tabela SIGTAP;

**4.2** Consta no caderno de instrução da presente licitação Justificativa do Preço Adotado, contemplando pormenorizadamente o procedimento realizado para estabelecimento dos valores de referência do edital, podendo ser consultado a qualquer tempo pelos interessados a fim de evidenciar que a aquisição está sendo realizada de acordo com os valores de mercado na presente data, condicionada a todas as particularidades provenientes da situação em que vivemos nesta data.

**4.3** Deste modo, considerando que estes parâmetros são alternativas válidas – previstas no Decreto Estadual n.º 10.086/2022 – como alternativas de se realizar pesquisa de preços, entende-se que não ocorreu prejuízo na aferição do preço de mercado.

**4.4** Com base no parâmetro das pesquisas de preços realizadas, foi adotado como critério a **MÉDIA** dentre as cotações apresentadas por representar o valor de mercado com a melhor vantagem.

#### **5 PARCELAMENTO DO OBJETO**

**5.1** O processo licitatório em questão é composto por apenas 01 (um) lote com 03 (três) itens, sendo que se trata de “Serviço de exames de Anatomia Patológica, Citopatologia e Imunohistoquímica”, o qual, este documento conta com os requisitos e especificações para atendimento da demanda da unidade hospitalar.

**5.1.1** Além disso, a escolha de um único lote pode garantir que o serviço seja executado de acordo com o mesmo padrão de qualidade e sob a responsabilidade de um único gestor. Isso é fundamental para garantir a uniformidade no atendimento às demandas específicas da unidade, especialmente quando há exigências técnicas detalhadas e específicas para a execução dos serviços.

**5.1.2** Ao agrupar os serviços de realização de exames em um único lote, facilita o monitoramento e a supervisão das atividades, permitindo à administração pública controlar mais eficazmente os resultados e assegurar que todos os aspectos do serviço sejam realizados de acordo com os padrões estabelecidos.

**5.1.3** Além disso, essa organização não gera qualquer prejuízo técnico ou econômico, promovendo uma otimização na utilização dos recursos disponíveis no mercado.

**5.1.4** Conforme a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União, a contratação parcelada é obrigatória, a menos que haja justificativa para a inviabilidade de realizar o parcelamento. No caso da contratação do objeto pretendido, se justifica, pois, a execução de forma única e contínua garante a qualidade do serviço e evita falhas nos processos administrativos e de execução.

## **6 SUSTENTABILIDADE**

**6.1** O contratado adotará as seguintes práticas e/ou critérios de sustentabilidade, baseado nos artigos 363 do Decreto 10.086/2022:

I - Que use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II - Que adote medidas para evitar o desperdício de água tratada;

IV - Que forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - Que realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - Que realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto nº 4.167, de 20 de janeiro de 2009;

VII - Que respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos sólidos;

VIII - Que preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Lei nº 16.075, de 1º de abril de 2009.

**6.2** Caberá ao contratado tanto na aquisição de bens, quanto na prestação de serviços, apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.

## **7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**7.1** Quanto ao fracionamento em duas partes (75% destinada à ampla concorrência e 25% destinada à participação de micro e pequenas empresas) no processo licitatório para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de exames de Anatomia Patológica e de exames Citopatológicos, composto por apenas um lote com 03 (três) itens seguem considerações:

a) A justificativa para não fracionamento dos lotes está relacionada à natureza do serviço, que envolve um preço fixo. A divisão do lote prejudicaria a viabilidade econômica e a qualidade da execução, além de comprometer a gestão eficiente dos serviços contratados. Portanto, a prestação de serviço de exames de Anatomia Patológica e de exames Citopatológicos do lote único garante a melhor condição de execução e controle financeiro do contrato.

b) O afastamento das regras fundamenta-se na situação elencada no inciso II do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006:

II – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado

## **8 CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS**



**8.1** Trata-se de serviço comum, conforme estabelece o inciso I do art. 392 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, de caráter continuado e sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

**8.2** Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n.º 10.086, de 2022, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 414 do citado decreto, cuja execução indireta é vedada.

**8.3** A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

**9.1** Os serviços devem ser realizados em até 07 (sete) dias após a assinatura do contrato, em remessa parcelada, conforme demanda da unidade no endereço indicado abaixo;

**Local:** Hospital de Regional do Sudoeste - HRS

**Endereço:** Rodovia Contorno Leste, nº 200, Bairro Água Branca

**CEP:** 85.601-270

**Cidade:** Francisco Beltrão

**Responsável:** Ana Paula Battisti - Direção Administrativa

**Contato:** hrsdirecao@gmail.com / (46) 3199-1700

**9.2** Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

**9.2.1** A contratação exige que a empresa atue em plena conformidade com a legislação sanitária vigente e normas técnicas aplicáveis aos serviços de Anatomia Patológica, Citopatologia e Imuno-histoquímica, mantendo laboratório devidamente licenciado pelos órgãos competentes e sob responsabilidade técnica de médico patologista regularmente inscrito no Conselho Regional de Medicina. A contratada deve comprovar participação em programa de controle externo de qualidade e manter programa de controle interno formalmente estruturado, com Procedimentos Operacionais Padrão documentados.

**9.2.2** A equipe técnica deverá ser composta por profissionais legalmente habilitados, incluindo médicos patologistas, citotécnicos, biomédicos e/ou farmacêuticos, além de colaboradores treinados em biossegurança. A contratada deverá garantir estrutura operacional adequada, com sistema informatizado que assegure rastreabilidade completa das amostras desde o recebimento até a liberação do laudo, incluindo identificação por código de barras ou tecnologia equivalente, registro das etapas técnicas, validação diagnóstica, assinatura do responsável e mecanismos de segurança da informação com backup periódico.

**9.2.3** A empresa contratada deverá assegurar logística adequada para coleta e transporte do material biológico, respeitando as normas sanitárias, preservando a integridade, conservação e rastreabilidade das amostras, inclusive quanto ao tempo e às condições de fixação, especialmente nos casos que demandem imuno-histoquímica. O serviço deverá contemplar a realização de exames histopatológicos de biópsias e peças cirúrgicas de diferentes portes, citologia de líquidos cavitários, PAAF, citologia oncológica convencional ou em meio líquido, além de painéis imunohistoquímicos diagnósticos, prognósticos e preditivos, bem como revisão de lâminas e emissão de segunda opinião quando solicitada.

**9.2.4** A contratada deverá cumprir os prazos estabelecidos, garantindo entrega dos laudos em até cinco dias úteis após a realização do exame, respeitado o prazo máximo de vinte dias contados da coleta. Os laudos deverão ser devidamente digitados, revisados, assinados pelo responsável técnico e conter todas as informações técnicas exigidas, incluindo classificação citopatológica conforme o Sistema Bethesda 2014 ou norma que o substitua.

**9.2.5** Será de responsabilidade da contratada o fornecimento de recipientes, embalagens, fixadores, etiquetas e demais insumos necessários à adequada coleta, acondicionamento e conservação das amostras. Também assumirá integral responsabilidade pela guarda, integridade e arquivamento das lâminas e blocos de parafina pelos prazos mínimos legais, bem como pela comunicação imediata de qualquer não conformidade ou intercorrência.

**9.2.6** Por fim, a contratada deverá manter Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde atualizado, responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução contratual, reparar eventuais falhas ou vícios nos serviços prestados e submeter-se a auditorias técnicas da contratante, mantendo durante toda a vigência do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas.

**9.3** Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 07 (sete) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**9.4** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**9.5** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**9.6** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**9.7** A execução do serviço provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**9.8** O Contratado deverá ter disponibilidade e capacidade de executar o serviço no endereço relacionado abaixo, conforme as condições e as necessidades do Contratante.

**9.9** Os critérios para o recebimento estão especificados no item 7 do Anexo VII (minuta do contrato).

**9.10** Para realizar a Gestão e a Fiscalização da presente contratação, designa-se os servidores:

**9.10.1** Servidora Ana Paula Battisti / CPF 064.147.629-40 / Direção Administrativa, como **GESTOR**

**9.10.2** Servidora Gabriela Cunha Arantes / CPF: 097.108.826-86 / Direção Técnica, como **GESTOR SUPLENTE**.

**9.10.3** Servidora Aline Tombini / CPF: 040.522.869-44 / Enfermeira, como **FISCAL**.

**9.10.4** Servidor Cristian Henrique Candido da Silva / CPF: 035.411.571-51 / Enfermeiro Responsável Técnico pelo Centro Cirúrgico, como **FISCAL SUPLENTE**.

## **10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE**

### **10.1 São obrigações do Contratado:**

**10.1.1** executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

**10.1.2** reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**10.1.3** Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

**10.1.4** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

**10.1.5** utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**10.1.6** zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

**10.1.7** apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

**10.1.8** responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;

**10.1.9** atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;

**10.1.10** instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;

**10.1.11** instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;

**10.1.12** relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

**10.1.13** não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**10.1.14** manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;

- 10.1.15** manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;
- 10.1.16** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- 10.1.17** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
- 10.1.17.1** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
- 10.1.17.2** superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- 10.1.17.3** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
- 10.1.17.4** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
- 10.1.17.5** impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- 10.1.17.6** omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
- 10.1.18** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 10.1.19** Caberá ao contratado tanto na aquisição de bens, quanto na prestação de serviços, apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.
- 10.1.19.1** Entende-se por logística reversa o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

## **10.2 São obrigações do Contratante:**

- 10.10.1** receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;
- 10.10.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;
- 10.10.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;
- 10.10.4** comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- 10.10.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;
- 10.10.6** efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;
- 10.10.7** efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;
- 10.10.8** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 10.10.9** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- 10.10.10** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

## **11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 11.1** Não haverá exigência de execução, pelas razões abaixo justificadas:

**11.1.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, tendo em vista que o pagamento está condicionado à realização do serviço, o risco de prejuízo para a Administração Pública é mitigado, tornando desnecessária a exigência de garantia de execução. Dessa forma, a não exigência de garantia de execução visa simplificar o processo de contratação, sem comprometer a qualidade do serviço prestado.

## 12 FORMA DE PAGAMENTO

**12.1** O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**12.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**12.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**12.3** As notas fiscais devem ser emitidas em nome do FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FUNEDS, CNPJ: 24.039.073/0001-55, Rua do Rosário, nº 144, 10º andar, bairro Centro, Curitiba/PR, CEP 80020-110, constando número da contratação, lote/item, para fins de rastreabilidade em estoque.

**12.4** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## 13. DO REAJUSTAMENTO.

**13.1** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 1.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. A metodologia adotada para a definição do índice foi o estudo comparativo dos principais índices nos últimos 04 (quatro) anos, verificando-se que ocorreu pouca variação entre o total acumulado dos três índices e o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) apresentou a menor alta no último ano em relação aos outros índices analisados

**13.1.1.** A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado que é 07/04/2026, data esta que se refere ao mapa de formação de preço por meio do qual foi realizada a pesquisa de mercado.

**13.1.2** O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até trinta dias antes do fim de cada período de doze meses.

**13.1.3** Caso o contratado não solicite dentro do prazo que trata o item anterior, os efeitos do reajuste serão concedidos 30 (trinta) dias após a efetiva formalização do pedido.

**13.1.4** A Contratante terá um prazo de até 05 (cinco) dias para se manifestar quanto a solicitação que trata o item anterior.

**13.1.5** A assinatura do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

**13.2** O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o § 6.º do art. 170 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

**13.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

**13.3.1** Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

**13.3.1.1** A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

## **14. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**14.1** Os requisitos de habilitação são aqueles previstos nos Documentos de Habilitação (Anexo II do Edital).

### **14.2 Requisitos de habilitação técnica:**

**12.2.1** Alvará Sanitário vigente;

**14.2.2** Registro de CNES;

**14.2.3** Licença de funcionamento compatível com a atividade laboratorial;

**14.2.4** Responsável técnico com CRM ativo e especialista na área de Patologia;

**14.2.5** Comprovação de vínculo profissional;

**14.2.6** Atestado de capacidade técnica

**14.2.6.1** (um) ou mais **atestados de capacidade técnica** fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

**14.2.6.1.1** Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, da prestação de serviços de realização de exames de Anatomia Patológica e de exames Citopatológicos em quantidade de no mínimo **10% (dez por cento)**, em relação a quantidade de bens exigida para o lote um.

## **15 ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**15.1** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**15.2** A alteração subjetiva a que se refere o item 15.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

## **16 CONTROLE DA EXECUÇÃO**

**16.1** Os serviços devem ser realizados em até 07 (sete) dias após a assinatura do contrato, em remessa parcelada, conforme demanda da unidade no endereço indicado no item 9.

**16.2** Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; no prazo de até 07 (sete) dias.

**16.2.2** Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.

**16.3** Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

**16.4** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**16.4.1** Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



**16.5** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**16.6** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos ou refeitos ou substituídos no prazo de até 5 (cinco) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## 17 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)	
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES EM ANATOMIA PATOLÓGICA, EXAMES CITOPATOLÓGICOS e IMUNOHISTOQUÍMICA	
INDICADORES	
1	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ANATOMIA PATOLÓGICA, CITOPATOLOGIA E IMUNOHISTOQUÍMICA
2	TEMPO DE LIBERAÇÃO E ENTREGA DE LAUDOS
3	QUALIDADE TÉCNICA E CONFORMIDADE DOS LAUDOS
4	RESPONSÁVEL TÉCNICO E EQUIPE ESPECIALIZADA
5	INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E CONTROLE DE QUALIDADE
6	CONTROLE DE NÃO CONFORMIDADES E REINCIDÊNCIA
7	ENTREGA DE RELATÓRIOS E DOCUMENTAÇÃO PARA TRÂMITE FINANCEIRO

INDICADOR Nº 1: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	
Finalidade	Garantir a plena execução dos serviços contratados, de forma contínua, regular e conforme as especificações técnicas pactuadas.
Meta a Cumprir	100% de conformidade com as obrigações contratuais.
Instrumento de medição	Checklist e verificação mensal pelo fiscal do contrato.
Forma de acompanhamento	Checklist e verificação mensal pelo fiscal do contrato.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Aplicação da pontuação conforme ocorrências verificadas.
Início de vigência	Conforme contrato, prazo estabelecido e por meio de emissão de Ordem de Serviço.
OCORRÊNCIA	
Interrupção injustificada da execução dos serviços	<b>2,0 pontos por dia de interrupção</b>
Recusa injustificada de recebimento de amostras	<b>1,0 ponto por ocorrência</b>
Descumprimento das especificações técnicas do ETP	<b>1,0 ponto por ocorrência</b>
Manter colaborador sem habilitação técnica exigida.	<b>1,0 ponto por ocorrência</b>
Comparecimento em reuniões técnicas quando solicitado.	<b>1,0 ponto por ocorrência</b>
Disponibilidade de canal direto com patologista.	<b>1,0 ponto por ocorrência</b>

INDICADOR Nº 2: TEMPO DE LIBERAÇÃO DE LAUDOS	
Finalidade	Assegurar que os laudos sejam liberados dentro dos prazos pactuados.
Meta a Cumprir	100% dos laudos liberados dentro dos prazos estabelecidos.
Instrumento de medição	Monitoramento semanal dos laudos entregues no ambulatório.
Forma de acompanhamento	Acompanhamento semanal pelo fiscal do contrato.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Pontuação conforme atrasos identificados.
Início de vigência	Conforme contrato, prazo estabelecido e por meio de emissão de Ordem de Serviço.
OCORRÊNCIA	
Atraso em laudo de caso prioritário	<b>1,0 ponto por exame</b>
Atraso em laudo de rotina.	<b>0,5 ponto por exame</b>
Não comunicação de diagnósticos crítico ao corpo clínico.	<b>1,0 ponto por ocorrência</b>

INDICADOR Nº3: QUALIDADE TÉCNICA E CONFORMIDADE DOS LAUDOS	
Finalidade	Garantir a confiabilidade diagnóstica e conformidade técnica.
Meta a Cumprir	100% dos laudos com conformidade técnica.
Instrumento de medição	Auditorias internas, controles de qualidade e relatórios técnicos.
Forma de acompanhamento	Supervisão técnica e fiscal do contrato.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Pontuação conforme atrasos identificados.
Início de vigência	Conforme contrato, prazo estabelecido e por meio de emissão de Ordem de Serviço.
OCORRÊNCIA	
Laudos sem assinatura do médico patologista habilitado.	1,0 ponto por laudo
Inconsistência técnica formalmente comprovada.	2,0 pontos por ocorrência
Ausência de descrição macroscópica ou microscópica obrigatória.	1,0 ponto por laudo
Reprocessamento por falha técnica imputável à contratada.	1,0 pontos por exame
Identificação incompleta do paciente.	1,0 pontos por exame

INDICADOR Nº 4: RESPONSÁVEL TÉCNICO E EQUIPE ESPECIALIZADA	
Finalidade	Garantir que os serviços sejam executados por profissional habilitado.
Meta a Cumprir	100% de regularidade profissional.
Instrumento de medição	Conferência local.
Forma de acompanhamento	Fiscalização pelo setor técnico e administrativo.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.
Início de vigência	Conforme contrato, prazo estabelecido e por meio de emissão de Ordem de Serviço.
OCORRÊNCIA	
Ausência de responsável técnico regularmente inscrito no CRM	2,0 pontos por ocorrência
Profissional sem qualificação compatível com a atividade.	1,0 ponto por ocorrência
Não substituição de profissional afastado no prazo contratual.	1,0 ponto por ocorrência

INDICADOR Nº 5: INFRAESTRUTURA, EQUIPAMENTOS E CONTROLE DE QUALIDADE	
Finalidade	Assegurar adequadas condições técnicas e sanitárias.
Meta a Cumprir	De conformidade com normas sanitárias.
Instrumento de medição	Checklist técnico e relatórios de manutenção preventiva e corretiva.
Forma de acompanhamento	Fiscalização pelo setor técnico e administrativo.
Periodicidade	Mensal.
Mecanismo de cálculo	Pontuação conforme falhas verificadas.
Início de vigência	Conforme contrato, prazo estabelecido e por meio de emissão de Ordem de Serviço.
OCORRÊNCIA	
Equipamento sem manutenção/calibração vigente.	1,0 ponto por ocorrência
Falha em controle interno de qualidade.	1,0 ponto por ocorrência
Não conformidade em programa de controle externo (proficiência)	1,0 ponto por ocorrência
Falha de rastreabilidade de lâminas/blocos.	2,0 pontos por ocorrência

INDICADOR Nº 6: CONTROLE DE NÃO CONFORMIDADES	
Finalidade	Identificar e corrigir falhas técnicas.
Meta a Cumprir	100% das não conformidades tratadas no prazo máximo de 7 dias.
Instrumento de medição	Checklist, relatórios de não conformidade e notificações.
Forma de acompanhamento	Fiscal do contrato, Direção Técnica e Direção Administrativa
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Pontuação conforme reincidências e falhas não corrigidas.
Início de vigência	Conforme contrato, prazo estabelecido e por meio de emissão de Ordem de Serviço.
OCORRÊNCIA	
Reincidência de falha técnica no mesmo mês.	1,0 ponto por reincidência
Não apresentação de plano de ação corretiva.	0,5 ponto por ocorrência
Reclamação formal procedendo do corpo clínico.	1,0 ponto por ocorrência

INDICADOR Nº 7: ENTREGA DE RELATÓRIOS E DOCUMENTAÇÃO FINANCEIRA	
Finalidade	Avaliar o cumprimento dos prazos para entrega de documentação necessária ao pagamento.
Meta a Cumprir	Entregar até o dia 7 do mês subsequente.
Instrumento de medição	Checklist, relatórios de não conformidade e notificações.
Forma de acompanhamento	Conferência pelo Fiscal do contrato e Direção Administrativa
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.
Início de vigência	Conforme contrato, prazo estabelecido e por meio de emissão de Ordem de Serviço.
OCORRÊNCIA	
Entrega de relatórios técnicos em atraso.	1,0 ponto por ocorrência
Nota fiscal fora do prazo.	1,0 pontos por ocorrência
Ausência de documentação obrigatória.	1,0 ponto por ocorrência

DESCONTOS	
Pontos	Desconto
2,0 a 5,0	0,5% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência.
5,1 a 8,0	1% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência.
8,1 a 11,0	2% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência.
11,1 a 14,0	3% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência.
14,1 a 16,0	4% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência.
16,1 a 20,0	5% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência.
20,1 a 25,0	7% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência.
25,1 a 30,0	10% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência.
> 30,0	20% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência.
1.	O descumprimento da mesma condição contratual (reincidência), apurada por ocorrência, dentro do mês de competência, sofrerá acréscimo de 5,0 pontos na contagem final do desconto.
2.	Condutas reincidentes no decorrer do contrato devem ser avaliadas pela Gestão do contrato para a aplicação das devidas sanções, sem prejuízo do desconto correspondente.

## 18.SUBCONTRATAÇÃO

**18.1** Será admitida a subcontratação parcial do objeto, no limite de 25% (vinte e cinco por cento), abrangido neste limite tão somente as atividades de transporte das amostras biológicas e/ou o processamento das amostras poderão ser subcontratados pela empresa licitante, devendo o licitante, na fase de habilitação do certame, apresentar declaração assinada pelo responsável legal do licitante, que está ciente de que a empresa a ser subcontratada para realização do processamento das amostras deverá estar devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente, bem como possuir a mesma qualificação técnica exigida para a empresa licitante na execução dos serviços objeto dessa licitação, com base no art. 67, § 9º da Lei nº 14.133/2021, bem como a empresa a ser subcontratada para realizar o transporte das amostras deverá atender as Boas Práticas para o transporte de material biológico humano, conforme RDC n.º 504, de 27 de maio de 2021.

**18.2** Fica obrigado o contratado a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o Contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

**18.3** Em hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## 19. VISTORIA

**19.1** Para o correto dimensionamento e elaboração da proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações da Contratante, cozinha, refeitórios, setores fechados, copas nos andares de internação;

**19.2** A vistoria será acompanhada pelo FISCAL do contrato, referente a cada unidade, deverá ser das 08:00 às 17:00 em dias de segunda a sexta-feira, em horário comercial, devendo o agendamento ser efetuado previamente em contatos informados em tabela do item 9.12.

**19.3** O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

**19.4** Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

**19.5** A não realização da vistoria, que possui caráter facultativo, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

**19.6** A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação

## **20. VIGÊNCIA**

**20.1** O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.

## **21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

**21.1** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**Gestão/Unidade:** Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná (HDSPP)

**Fonte de Recursos:** 1 – Contrato de Gestão.

**Programa de Trabalho:** De acordo com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e é compatível com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigentes, nos termos do art. 18, caput, da Lei nº 14.133/2021.

**Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.50.05 – Serviços Laboratoriais

**21.2** O empenho da despesa não excederá o valor das obrigações administrativas a serem cumpridas no exercício financeiro em curso.

## **22. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**

**Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e do Decreto nº 10.086, de 2022 e aquelas estabelecidas neste edital, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.**

**22.1** As empresas consorciadas deverão ter objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

**22.2** O arrematante entregará, junto com os demais documentos:

**22.2.1** o compromisso público ou particular registrado em cartório de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;

**22.2.2** documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio, a qual deverá atender às condições de liderança, fixadas neste edital. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

**22.3** Os Documentos de Habilitação (Anexo II) deverão ser apresentados por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, também na proporção de sua respectiva participação.

**22.4** A empresa consorciada está impedida de participar desta licitação através de mais de um consórcio ou isoladamente, inclusive na condição de subcontratada de outra licitante.

**22.5** Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.

**22.6** A empresa líder será a representante do consórcio perante a Contratante e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.

**22.7** Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.

**22.9** O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva.

**22.10** Estará impedida de participar do consórcio a empresa na qual figure, entre seus diretores responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada.

**22.11** Tratando-se de consórcio, o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso.

### **23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

### **24. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.**

Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

**Curitiba, 15 de junho de 2026**

*(Assinado eletronicamente)*

**Rafaela Franco Ferrari**

Assessora Nível III

Divisão de Compras – DS/FUNEAS

Responsável pela compilação das informações do Termo de Referência

*(Assinado eletronicamente)*

**Poliana da Silva Diniz**

Assessora Nível IV

Divisão de Compras – DS/FUNEAS

Responsável pela verificação das Informações

1. Ciente

*(Assinado eletronicamente)*

**Karoline Villarreal Pedrozo**

Chefe de Divisão

Divisão de Compras – DS/FUNEAS

*(Assinado eletronicamente)*

**Helena Mattana Dionisio**

Diretora de Gestão de Suprimentos Interina

FUNEAS/DS



## ANEXO II

### DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de **2 (duas) horas**, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados por processo eletrônico de comunicação à distância conforme estabelecido no presente Edital:

**1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL** de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços GMS, no portal <https://gms.pr.gov.br/>, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos no referido certificado:

A documentação de habilitação referida no Capítulo do Título II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 poderá ser:

- a) apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;
- b) substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;
- c) dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor indicado no inciso III do art. 70 da Lei n.º 14.133/2021.

**1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:** Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

**1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

#### **1.4 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**1.4.1** O fornecedor deverá encaminhar:

**1.4.1.1** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**1.4.1.2** Serão considerados aceitos como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

**1.4.1.2.1** Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na junta comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os termos de abertura e encerramento.

**1.4.1.2.2** Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, por ser recém-constituída, apresentação de cópia do balanço de abertura, devidamente registrado na junta comercial ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e de encerramento, devidamente registrados na junta comercial da sede ou domicílio do licitante.

**1.4.1.3** Para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**1.4.1.4** a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} \\ \text{LG} = \frac{\text{-----}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{Ativo Total} \\ \text{SG} = \frac{\text{-----}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}};$$

$$\text{Ativo Circulante} \\ \text{LC} = \frac{\text{-----}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

**1.4.1.5** As empresas, cadastradas ou não no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços GMS, no portal <https://gms.pr.gov.br/>, deverão apresentar resultado: superior ou igual a 1,0 (um) no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a 1,0 (um) no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a 1,0 (um) no índice de Liquidez Corrente (LC).

**1.4.1.6** As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

**1.4.1.7** As empresas deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação ou item pertinente.

#### **1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

**1.5.1** Alvará Sanitário vigente;

**1.5.2** Registro de CNES;

**1.5.3** Licença de funcionamento compatível com a atividade laboratorial;

**1.5.4** Responsável técnico com CRM ativo e especialista na área de Patologia;

**1.5.5** Comprovação de vínculo profissional;

**1.5.6 Exigências de qualificação técnica:**

**1.5.6.1** 1 (um) ou mais atestados de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão do licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o(s) lote(s) arrematado(s).

**1.5.6.2** Entende-se por compatibilidade das características e quantidades, da prestação de serviços de realização de exames de Anatomia Patológica e de exames Citopatológicos em quantidade de no mínimo 10% (dez por cento), em relação a quantidade de bens exigida para cada lote.

**1.5.6.3** Para atendimento do quantitativo exigido no subitem anterior, será permitido o somatório de atestados de capacidade técnica.

#### **1.6 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (Anexo V).**

**1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP**, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**ANEXO VIII**), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 12, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 2.474, de 2015).

**1.7.1** De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**1.7.1.1** A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

**1.8** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**1.9** Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**1.10** Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

**1.11** Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

**ANEXO III**  
**MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx Ano: xxx**

**DADOS DO FORNECEDOR**

Fornecedor:		Inscrição Estadual :		:
CNPJ/CPF :				
Endereço				
Bairro:		Cidade:	Estado:	
CEP:				
Telefone:		Fax:		e-mail:
Banco:	Agência:	Conta-corrente:		

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de **OBJETO**, para atender ao(à) ÓRGÃO/ENTIDADE.

**1. Especificações técnicas:**

Lote 1	Descrição	Quantidade	Valor Unitário Bruto	Valor Total Bruto	Valor Unitário s/ ICMS	Valor Total s/ ICMS	Alíquota % ICMS
Item 1							

**2. A validade da proposta é de 180 (cento e oitenta) dias.**

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de "operação interna", conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

4.1 As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

4.2 para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

Local e data

\_\_\_\_\_  
**Representante Legal**

## ANEXO IV

### MODELO DE PROCURAÇÃO <sup>1</sup>

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

---

**OUTORGANTE**

<sup>1</sup>

A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.



## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

- a) que não incide em nenhuma das situações contidas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
- b) que não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- c) que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- d) que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal;
- e) que não incide em nenhuma das situações impeditivas à contratação, indicadas no Decreto Estadual nº 2.485/2019, que veda o nepotismo nos Órgãos e entidades estaduais nas contratações celebradas pela Administração Pública do Estado do Paraná;
- f) que atesta o atendimento à Política Pública Ambiental de licitação sustentável, em especial, que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada;
- g) que consente com o fornecimento de dados pessoais em atendimento à LGPD;
- h) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; e
- i) que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega da proposta.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
**Nome do representante legal**

## ANEXO VI

### LOCAIS DE ENTREGA

HOSPITAL REGIONAL DO SUDOESTE - HRS
<b>Local de Entrega:</b> Rodovia Contorno Leste, nº 200, Bairro Água Branca - <b>CEP:</b> 85.601-270 - Francisco Beltrão – Hospital Regional do Sudoeste - HRS
<b>Responsável pelo Recebimento:</b> Ana Paula Battisti
<b>Telefone:</b> (46) 3199-1700
<b>Horário de Funcionamento:</b> 8H às 17h.

**ANEXO VII****MINUTA PADRÃO - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO****CONTRATO ADMINISTRATIVO N° [XXXXXXXXX]**

**CONTRATANTE: FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ – FUNEDS**, instituída pela Lei Estadual n° 17.959 de 11 de março de 2014, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 24.039.073/0001-55, doravante denominada de **CONTRATANTE**, com sede e foro nesta Capital, situada na Rua do Rosário, n° 144, 10° andar, CEP 80.020-110 neste ato representada por seu Diretor Presidente, **GERALDO GENTIL BIESEK**, portador do RG n° 3.177.159-5 e CPF/MF n° 555.399.129-34, e por seu Diretor Administrativo, **MARCOS AURÉLIO SOUZA PEREIRA**, portador do RG n° 4.283.953-4, e inscrito no CPF/MF sob o n° 597.036.369-34.

**CONTRATADO(A):** [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n° XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n° XXXXXXXX, portador da carteira de identidade n° XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n° 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n° 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n° 0000/202\_ XXXX (protocolo n° 00.000.000-0) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

**1 OBJETO:**

Trata-se da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de realização de exames de Anatomia Patológica e de exames Citopatológicos, para atendimento às demandas do Hospital Regional do Sudoeste - HRS, por um período de 12 (doze) meses, conforme descrito no Termo de Referência.

**2 FUNDAMENTO:**

Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n° XXXXXXXX, objeto do processo administrativo n° 25.536.530-4, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n° XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.

**3 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:**

**3.1** O Contratante pagará ao Contratado os preços (global) previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.

**3.2** O valor total do contrato é de **R\$ XXXX**

**3.3** No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

**4 REAJUSTE**

**4.1** A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n° 1.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. A metodologia adotada para a definição do índice foi o estudo comparativo dos principais índices nos últimos 04 (quatro) anos, verificando-se que ocorreu pouca variação entre o total acumulado dos três índices e o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) apresentou a menor alta no último ano em relação aos outros índices analisados

**4.1.1.** A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado que é 07/04/2026, data esta que se refere ao mapa de formação de preço por meio do qual foi realizada a pesquisa de mercado.

**4.1.2** O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até trinta dias antes do fim de cada período de doze meses.

**4.1.3** Caso o contratado não solicite dentro do prazo que trata o item anterior, os efeitos do reajuste serão concedidos 30 (trinta) dias após a efetiva formalização do pedido.

**4.1.4** A Contratante terá um prazo de até 05 (cinco) dias para se manifestar quanto a solicitação que trata o item anterior.

**4.1.5** A assinatura do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

4.2 O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o § 6.º do art. 170 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

4.3.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

4.3.1.1 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

## **5 DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

**5.1** A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**5.2** A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste edital, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**5.3** Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

**5.4** A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

## **6 EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:**

**6.1** A presente contratação adotará como regime de execução Empreitada por Preço Global.

**6.2** O serviço terá início em 07 (sete) após a assinatura do contrato, em remessa parcelada, conforme demanda da unidade no endereço indicado no item 9.

**6.3** Os serviços serão prestados no **Hospital de Regional do Sudoeste – (HRS)** - Rodovia Contorno Leste, nº 200, Bairro Água Branca CEP: 85.601-270 - Francisco Beltrão, conforme o Anexo VIII, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.

**6.4** Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; no prazo de 07 (sete) dias.

**6.5** Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

**6.6** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

**6.6.1** Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**6.7** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

**6.8** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

## **7 FONTE DE RECURSOS:**

**7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:**

Gestão/Unidade: Diretoria da Presidência/Hospital Adauto Botelho - HCAB

Fonte de Recursos: 1 - RECURSOS ORDINÁRIOS (Contrato de Gestão)

Elemento de Despesa: 3390.3702 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA

## **8 VIGÊNCIA:**

**8.1** O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados de \_\_/\_\_/\_\_ a \_\_/\_\_/\_\_, podendo ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, por um ou mais períodos, desde que satisfeitos os requisitos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**9 PAGAMENTO:**

**9.1** O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e da verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**9.2** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**9.2.1** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

**9.3** O prazo estabelecido no item 9.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

**9.3.1.** Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

**9.4** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$$

**9.5** O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

**9.6** Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

**10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE**

**10.1** São obrigações do Contratado:

**10.1.1** executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;

**10.1.2** reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**10.1.3** Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;

**10.1.4** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;

**10.1.5** utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

**10.1.6** zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;

**10.1.7** apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;

**10.1.8** responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;



- 10.1.9** atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;
- 10.1.10** instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;
- 10.1.11** instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;
- 10.1.12** relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 10.1.13** não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.1.14** manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;
- 10.1.15** manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;
- 10.1.16** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
- 10.1.17** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
- 10.1.17.1** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
- 10.1.17.2** superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- 10.1.17.3** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
- 10.1.17.4** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
- 10.1.17.5** impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- 10.1.17.6** omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
- 10.1.18** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 10.1.19** Caberá ao contratado tanto na aquisição de bens, quanto na prestação de serviços, apresentar declaração de atendimento e responsabilização com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao Poder Público, assumindo a responsabilidade pela destinação final ambientalmente adequada.
- 10.1.19.1** Entende-se por logística reversa o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.

## **10.2 São obrigações do Contratante:**

- 10.2.1** receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;
- 10.2.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;
- 10.2.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;
- 10.2.4** comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- 10.2.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;
- 10.2.6** efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;

**10.2.7** efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;

**10.2.8** emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**10.2.9** ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**10.2.10** adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

## **11 GARANTIA DE EXECUÇÃO:**

**11.1** Não haverá exigência de garantia contratual da execução, tendo em vista que o pagamento está condicionado à realização do serviço, o risco de prejuízo para a Administração Pública é mitigado, tornando desnecessária a exigência de garantia de execução. Dessa forma, a não exigência de garantia de execução visa simplificar o processo de contratação, sem comprometer a qualidade do serviço prestado.

## **12 PENALIDADES:**

**12.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**12.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**12.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**12.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

**12.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**12.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**12.6** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**12.7** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**12.8** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**12.9** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

**12.10** As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

## **13 CASOS DE EXTINÇÃO:**

**13.1.** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e neste contrato.

**13.2.** Constituem motivo para extinção do contrato:

**13.2.1.** O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;

**13.2.2.** O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,

- 13.2.3.** A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;
- 13.2.4.** O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- 13.2.5.** A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;
- 13.2.6.** A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;
- 13.2.7.** O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;
- 13.2.8.** O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;
- 13.2.9.** A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;
- 13.2.10.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
- 13.2.11.** A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- 13.2.12.** Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 13.2.13.** A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;
- 13.2.14.** Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;
- 13.2.15.** A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;
- 13.2.16.** A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
- 13.2.17.** O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- 13.2.18.** A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
- 13.2.19.** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.
- 13.2.20.** O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 13.2.21.** A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;
- 13.2.22.** O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.
- 13.3** O presente instrumento poderá ser extinto:
- 13.3.1** determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 13.3.2** consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou
- 13.3.3** determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 13.4** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.
- 13.5** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.
- 13.6** O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

#### **14 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:**

- 14.1** Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133. de 2021.

**14.1.1** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14.2** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:

**14.2.1** sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

**14.2.2** sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

**14.2.3** não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**14.3** As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

**14.4.** Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

**14.5** Cabe rescisão unilateral pela FUNEDS, constituindo motivos para imediata rescisão, quando a contratada tiver envolvimento em conduta institucional ou pessoal de seus representantes que afrontem a moralidade, entendendo como atos de assédio moral ou sexual, racismo e equiparados a este, apologia ao crime, incitação ao ódio e outros, gerando reflexo adverso à Fundação Estatal de Atenção em Saúde do Paraná, e então o contrato compactuado será rescindido imediatamente, sem prejuízo dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

## **15. DA SUBCONTRATAÇÃO**

**15.1** Será admitida a subcontratação parcial do objeto, no limite de 25% (vinte e cinco por cento), abrangido neste limite tão somente as atividades de transporte das amostras biológicas e/ou o processamento das amostras poderão ser subcontratados pela empresa licitante, devendo o licitante, na fase de habilitação do certame, apresentar declaração assinada pelo responsável legal do licitante, que está ciente de que a empresa a ser subcontratada para realização do processamento das amostras deverá estar devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente, bem como possuir a mesma qualificação técnica exigida para a empresa licitante na execução dos serviços objeto dessa licitação, com base no art. 67, § 9º da Lei nº 14.133/2021, bem como a empresa a ser subcontratada para realizar o transporte das amostras deverá atender as Boas Práticas para o transporte de material biológico humano, conforme RDC n.º 504, de 27 de maio de 2021.

**15.2** Fica obrigado o contratado a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o Contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

**15.3** Em hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## **16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**16.1** O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.

**16.2** O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;

**16.3** Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificada neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;

**16.4** Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;

**16.5** o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;

**16.6** o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

**16.7** O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e



formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.

**16.8** O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**16.9** A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**16.10** o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**16.11** Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.

**16.12** As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**16.13** As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.

**16.14** O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;

**16.15** Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao contratado.

**16.16** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.

**16.17** As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

## 17. DISPOSIÇÕES GERAIS:

**17.1** Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

**17.2** Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

**17.3** O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

**17.4** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE

CONTRATADO

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:



## ANEXO VIII

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/\_\_\_\_\_, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- ( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
- ( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- ( ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;
2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

---

**Representante Legal**

## ANEXO IX

### DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

---

**Representante Legal**